

Sumário

Apresentação RIHJ.....	9
------------------------	---

DOCTRINA

Artigos

Classificação de pronunciamentos judiciais utilizando processamento de linguagem natural

Fernando Maurilio Bento, Alexandre Morais da Rosa, Raimundo Celeste Ghizoni Teive ...	13
1 Introdução	13
2 Trabalhos relacionados.....	15
3 Procedimentos metodológicos.....	16
4 Base de dados	17
5 Pré-processamento	18
6 Treinamento	19
6.1 Divisão da base de dados: treinamento e teste	19
6.2 Algoritmo Naive Bayes	20
6.3 Aplicação dos algoritmos: treinamento dos modelos e classificação	20
6.4 Ajuste na seleção das palavras (aplicação de critérios de seleção)	21
7 Análise dos resultados	22
8 Conclusão	23
Referências	24

A dimensão ética da hermenêutica jurídica: repensando o interpretativismo de Ronald Dworkin a partir de Hans-Georg Gadamer

Ziel Ferreira Lopes	27
1 Introdução	27
2 O “ <i>hermeneutic turn</i> ” na teoria do direito	31
3 A dimensão ética da hermenêutica.....	37
3.1 Consequências para o pensamento jurídico	40
4 Revisitando as críticas de Habermas à Jurisprudência Hermenêutica	43
5 Considerações finais.....	47
Referências	49

Velando e desvelando o senso comum na teoria da interpretação jurídica de Kelsen

Alberto de Moraes Papaléo Paes	51
1 Introdução: por novos desafios na Teoria Pura do Direito	52
2 Para um diagnóstico interno e externo de interpretação jurídica na teoria de Kelsen	54
3 O desvelamento do senso comum nas decisões dos juízes.....	60
4 Conclusão: o papel da <i>Phronesis</i> na interpretação jurídica.....	63
Referências	68

Argumentação jurídica: o modelo de Douglas Walton

Julio Cesar de Aguiar, Mário A. Medeiros	71
1 Introdução	71
2 Os diálogos	73
2.1 Diálogo e processo judicial	75
2.1.1 Discussão crítica e processos judiciais	76
2.1.2 Exemplos de abordagem dialógica de alguns institutos processuais	78
2.1.3 Diálogo e interpretação	80
3 Esquemas de argumento	81
3.1 Os esquemas de argumento no diálogo jurídico	83
4 Ataques aos argumentos	89
5 A prova do ponto de vista dialético	90
5.1 Ônus de prova e <i>standard</i> probatório	92
6 Considerações finais	93
Referências	94

A margem de apreciação entre o internacional e o nacional: os (des) caminhos hermenêuticos do sistema europeu de direitos humanos

Jânia Saldanha	97
Introdução	97
1 Rumo ao encontro das origens e das definições	99
1.1 As origens nacionais e regionais	99
1.1.1 O direito interno como origem: o exercício do <i>self restraint</i>	100
1.1.2 O trabalho de importação: a hermenêutica do SEDH	101
1.2 As definições: o trabalho doutrinário global e o desafio de encontrar um conceito comum	102
1.2.1 Respeitar temas nacionais sensíveis ou não decidir por motivação política?	102
1.2.2 Os esforços da doutrina: construindo um conceito	104
2 O trabalho de estruturação	109
2.1 Aplicar, testar e praticar	109
2.1.1 Âmbito de aplicação e justificação	110
2.1.2 Testar a proporcionalidade	110
2.1.3 Aplicação do consenso	111
2.2 Por que aplicar a MNA? Razões, desafios e (in)congruências	111
2.2.1 Razão epistemológica	112
2.2.2 O desafio dos “casos difíceis” e o risco do “governo de juizes”	113
2.3 As (in)coerências no uso da MNA	115
2.3.1 Aplicação desnecessária	115
2.3.2 O uso de expressões vagas: uma “certa margem”, uma margem “útil” e uma margem “ampla”	116
3 A subsidiariedade e a MNA	117
3.1 A MNA como instrumento funcional da subsidiariedade	117
3.2 A MNA como parte do princípio da subsidiariedade	119
4 Considerações finais	121
Referências	123

Ornitorrinco alexyano: reflexões sobre a importação da teoria dos princípios de Robert Alexy pelo Supremo Tribunal Federal no caso Ellwanger

Alexandre de Castro Coura, Gabriel Antonio Nassif Marx, Thiago Viola Pereira da Silva	129
1 Introdução	130
2 A evolução histórica do positivismo e sua recepção no Brasil	132
2.1 A evolução do positivismo até o modelo kelseniano	132

2.2	O debate entre Hart e Dworkin	134
2.3	Do positivismo <i>intuitivista e espontâneo</i> à fórmula do decisionismo alexyano à brasileira.....	138
3	Robert Alexy e o caso Ellwanger	141
4	Uma análise crítica acerca da aplicação da regra da ponderação pelo Supremo Tribunal Federal no caso Ellwanger.....	144
5	Considerações finais	149
	Referências	152

Conceito jurídico indeterminado: análise da utilização do critério do melhor interesse da criança no Recurso Extraordinário nº 888.815/RS

Jaqueline Bezerra da Silva, Peter Panutto, Thiago Rodovalho dos Santos	155	
1	Introdução	156
2	Conceitos jurídicos indeterminados	159
3	Melhor interesse da criança.....	163
4	Análise da jurisprudência – Recurso Extraordinário nº 888.815/RS	168
5	Considerações finais.....	174
	Referências	176

O debate acerca do controle de constitucionalidade incidental nos tribunais de contas: uma análise crítica dos argumentos do Mandado de Segurança 35.410 para a defesa da integridade do direito

Jonas Faviero Trindade, Caroline Müller Bitencourt	179	
1	Introdução.....	180
2	Apresentação preliminar do Caso do Bônus de Eficiência	181
3	O argumento intransigente: da impossibilidade de os tribunais de contas controlarem a constitucionalidade e o equívoco de que o fundamento estaria em uma súmula	183
3.1	A proposição de que as competências dos tribunais de contas estão delimitadas na Constituição	185
3.2	A proposição de que o controle de constitucionalidade pelos tribunais de contas usurpa competência do Judiciário.....	187
3.3	A proposição de que o controle de constitucionalidade dos tribunais de contas desrespeita o Legislativo	188
3.4	A proposição de que a Súmula 347 está superada.....	188
4	O argumento da abstração: a suposta transcendência do controle difuso realizado pelo TCU no Caso do Bônus de Eficiência	189
4.1	A teoria da transcendência do controle difuso, a posição do STF e a impossibilidade de tal proceder pelos tribunais de contas.....	190
4.2	Houve transcendência no Caso do Bônus?.....	191
5	O argumento mais sofisticado: de que somente é possível exercer controle de constitucionalidade quando já houver entendimento pacificado do STF.....	193
5.1	A proposição convencionalista do argumento	195
5.2	A proposição de um suposto <i>pedigree</i> das manifestações pacíficas do STF: o risco à integridade e à coerência do Direito	196
5.3	Ignora-se que lidar com precedentes é uma empresa criativa	199
5.4	A postergação de inconstitucionalidades: a cegueira deliberada	200
6	Considerações finais.....	201
	Referências	202

O direito humano à seguridade social e o controle de convencionalidade:
análise da reforma da previdência à luz das diretrizes de Maastricht e
princípios de Limburgo

Túlio Macedo Rosa e Silva, Vânia Maria do Perpétuo Socorro Marques Marinho, Marília Gurgel Rocha de Paiva e Sales	205
1 Introdução	206
2 Controle de convencionalidade: aplicação cogente na gestão das normas internas	207
3 Bloco de constitucionalidade e de convencionalidade: breves noções.....	209
4 Modalidades de controle de convencionalidade, solução de antinomias e diálogo das fontes.....	212
5 Direitos humanos e reforma da previdência: as garantias de proteção aos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (DESCA) e a seguridade social como direito autônomo e judiciável	213
6 Considerações finais.....	220
Referências	222

Pandemia, direito constitucional à saúde e o meio ambiente do trabalho

Aldacy Rachid Coutinho, Luiz Alberto David Araujo	227
1 Considerações iniciais: os temores dos constituintes de 1988.....	227
2 Emergência sanitária e o meio ambiente do trabalho: o caso da Portaria 620/21, do Ministério do Trabalho e Previdência	230
3 A vacina como expressão de um direito constitucional à saúde e o meio ambiente do trabalho	232
4 A resposta do poder judiciário e o exercício do poder punitivo do empregador	234
5 Considerações finais.....	236
Referências	238

Instruções para os autores.....	239
---------------------------------	-----